



GT 57. Migrações e Deslocamentos

Coordenador(es):

Natália Corazza Padovani (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Angela Mercedes Facundo Navia (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Este GT, proposto no âmbito do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA, visa reunir trabalhos que reflitam sobre diferentes “regimes de mobilidades”. Migrações e deslocamentos são objeto de processos de diferenciação vinculados a assimetrias e “localizações sociais”. Categorias como “permanência e mobilidade” são tensionadas nos processos de governamentalidade voltados para quais sujeitos e populações podem/devem permanecer e/ou mover-se. Exílios, expulsões e deslocamentos forçados são contrastados com imaginários sobre turismo e cosmopolitismo. Migrações e deslocamentos, assim, podem ser analisados frente ao modo como “viagens” e “refúgios”, por exemplo, diferenciam pessoas frente a categorizações de raça, gênero, sexualidade, classe, nacionalidade, geração, entre outras, as quais enredam práticas e normativas de segurança e proteção dos territórios e estados nacionais. Nos interessam trabalhos que examinem a produção de mobilidade/imobilidade, circulação/contenção, legalidade/ilegalidade; e/ou processos de subjetivação e a incidência de marcadores sociais na delimitação de fronteiras territoriais e sociais. A intenção é abranger pesquisas realizadas a partir de temas voltados para as várias formas de deslocamentos e “regimes de mobilidades” através de fronteiras, que podem ou não ser transnacionais. Consideramos que o deslocamento entre fronteiras das cidades, bem como urbanas, ou “rurais e urbanas”, podem trazer elementos etnográficos e analíticos ao debate proposto.

?Um olhar atento para a população refugiada?: análise de uma publicação da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro sobre experiências de sucesso em refúgio e saúde

Autoria: Ana Carolina Santos da Costa Maia (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Rogerio Lopes Azize (IMS/UERJ)

A presente comunicação traz resultados de uma pesquisa cujo objetivo geral perguntava-se sobre a existência e, em caso positivo, sobre o desenho de uma política de saúde para os refugiados e migrantes no Rio de Janeiro por parte da Secretaria Municipal de Saúde, pensando fluxos migratórios mais recentes. De forma mais específica, aqui nos propomos a analisar um documento publicado em maio de 2017 e intitulado ?Recomeço?, que narra a experiência da Atenção Primária em Saúde (APS) na construção de um fluxo de atendimento que fosse sensível à chegada de refugiados em regiões específicas da cidade, realidade que desde 2014 tem sido endereçada de forma especialmente sensível pelos níveis central da administração municipal. O documento traça uma narrativa da resposta dos níveis centrais da administração do município a partir de provocações de algumas unidades básicas de saúde, que, ao final de 2014, demandavam estratégias para lidar com uma população que apresentava algumas características específicas, por vezes desafios ao formato de organização das equipes de saúde da família, como a dinâmica territorializada. ?Recomeço? é uma narrativa otimista sobre as possibilidades da APS lidar com fluxos de refugiados, constituindo neste sentido um documento paraprocolar (que pode nortear as práticas em outras unidades de saúde), apesar da sua aparência de peça publicitária; em registro paralelo, temos ali um conjunto de representações que parecem idealizar perfis de refugiados, de profissionais de saúde e do próprio funcionamento do sistema único de saúde. De alguma forma, está em jogo nestas representações um certo ideário de nação que persiste no Brasil. Qual o estatuto das imagens apresentadas neste documento, como esta experiência é performada graficamente, como se articula uma narrativa de sucesso em um documento que, de alguma forma, presta contas de uma iniciativa pouco visível, localizada, dentro de um sistema de



saúde que se pretende universal são algumas das questões que enfrentamos nesta comunicação.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: